

A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos¹

Marilia Pontes Sposito²
Raquel Souza²
Fernanda Arantes e Silva²

Resumo

A partir de análise da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), abrangendo dois períodos (2004 e 2014), este artigo explora mudanças e permanências na situação de jovens nos campos da educação, do trabalho e da vida familiar. Ao mesmo tempo, explicita como essas dimensões são experimentadas de modo variado por moças e rapazes e segundo clivagens como idade, raça/cor e renda familiar. É considerando esse exercício que se busca delinear, ainda que em caráter preliminar e exploratório, novos desafios para a pesquisa sobre a condição juvenil e os jovens brasileiros. Faz parte dessa agenda a compreensão sobre como as mudanças socioeconômicas experimentadas na última década, bem como sua recente inflexão, declinam na experiência da atual geração de jovens, seja em termos de um conjunto de novas expectativas, seja em desafios para satisfação de tais aspirações. Por outro lado, destaca-se a necessidade de uma perspectiva atenta à compreensão desses indivíduos em suas trajetórias, de seus modos de vida, dos desafios comuns que lhes são propostos e do modo como são por eles respondidos nesse momento do percurso de vida.

Palavras-chave

Juventude – Mudança social – Educação – Trabalho – Vida familiar.

The research on young people in Brazil: setting new challenges from quantitative data

Abstract

Based on an analysis of data from the National Survey of Household Sampling (PNDA) covering two periods (2004 and 2014), this article explores changes and continuities in the situation of youths in the fields of education, labor and family life. At the same time, it attempts to clarify how these dimensions of life are experienced in different manners

1- Nossos agradecimentos a Rafael Serrao e Rogério Limonti pelo auxílio na elaboração e na produção de tabelas e gráficos.

2- Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Contatos: sposito@usp.br; raqsou@usp.br; fernandarantes@usp.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-4634201712170308>

by young males and females, and according to criteria such as age, race/color and family income. This exercise is taken into consideration so that this study may outline, even if preliminarily and exploratorily, new challenges for the research on what it is like to be a young person in Brazil today. This agenda includes an effort to understand how socio-economic changes brought about during the last decade, as well as their more recent reversal, unfold into the experiences of the current young generation, both in terms of a whole set of new expectations and in challenges to fulfill such aspirations. Another highlight is the need for a wary way of understanding these individuals in their life paths, their lifestyles, the challenges they share and how they react to them at this specific moment of their lives.

Keywords

Youth – Social change – Education – Labor – Family life.

Contribuir para a produção de novos conhecimentos sobre os jovens no Brasil constitui esforço coletivo que envolve um conjunto amplo de pesquisadores, bem como estratégias variadas. Um caminho bastante profícuo tem sido a produção de estados da arte e de revisões da literatura, porque contribuem tanto para a emergência como para a estruturação de campos do conhecimento (SIROTA, 2006; SPOSITO, 2009, 2002). No entanto, este artigo percorre outro caminho, apresentando em caráter preliminar e exploratório temas ou eventuais problemáticas de pesquisa a partir de uma análise descritiva de resultados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), compreendendo dois recortes temporais (2004-2014) da população de jovens no Brasil, situada na faixa etária de 15 a 29 anos.

Um debate importante acerca da pesquisa educacional no Brasil ocorreu a partir de 1980 em torno dos denominados métodos qualitativos (estudos de caso, etnografias, histórias de vida, entre outros). Tratava-se de encontrar caminhos que construíssem alternativas à hegemonia imperante das abordagens quantitativas calcadas em procedimentos estatísticos. Esse debate foi fecundo porque, de uma atitude de franca oposição entre as duas perspectivas, houve um consenso crescente sobre a importância de ambas e de sua complementaridade na produção de novos conhecimentos, considerando-as como um jogo de escalas (BRANDÃO, 2008).

Mas o que aqui ressaltamos inspira-se em uma perspectiva apresentada por Robert Stake – um dos pioneiros nos estudos qualitativos em educação – em seminário ocorrido em 1982 no Brasil. O pesquisador situava na origem e nas primeiras pesquisas que se utilizaram da abordagem qualitativa a importância dos estudos de caso como momento preliminar aos grandes *surveys*. As investigações localizadas examinariam em profundidade realidades diversificadas que poderiam produzir novas inquietações e

problemáticas a serem incorporadas nos levantamentos realizados pelas grandes enquetes nacionais (STAKE, 1982).

Realizando um breve exercício de imaginação sociológica (MILLS, 1965), invertemos tal estratégia neste artigo, recorrendo aos dados estatísticos para problematizar e abrir um leque de questões que demandam novas investigações. Consideramos que os dados quantitativos apresentam um conjunto de temas capazes de estimular a reflexão, de modo a nutrir a pesquisa qualitativa com novos problemas e, sobretudo, ampliar a produção de conhecimentos sobre os jovens no Brasil.

Mesmo reconhecendo os limites da dimensão longitudinal dos dados a serem apresentados, que recobre um período de apenas dez anos, ressalta-se que há um conjunto de eventos que sinalizam mudanças, cuja intensidade ainda não pode ser aferida e merece ser criteriosamente investigada. Foram selecionadas apenas algumas variáveis – trabalho, educação e vida familiar – de modo a perfilar novos desafios para a pesquisa, tendo em conta que uma visão panorâmica sobre o Brasil apresenta, certamente, algumas limitações devido às desigualdades sociais e regionais, aos graus diversos de urbanização e às condições diferenciais de vida nas cidades e no campo.

Singularidades nos estudos sobre juventude no Brasil

Em relação aos estudos sobre jovens realizados no Brasil, foi preciso estabelecer, de início, certo diálogo com a produção internacional para marcar algumas singularidades. Daí a expressão *juventudes*, como metáfora designadora das desigualdades e diversidades.

Nesse amplo leque de especificidades, situam-se como relevantes para a discussão aqui proposta as intrincadas relações que jovens mantêm com sua escolaridade e o mundo do trabalho no Brasil. Se Emilio Fanfani (2000) apontava, em texto do início dos anos 2000, que a escola constituiu juventude, tanto por sua retirada do mundo do trabalho como pela criação de um mundo relativamente autônomo que contemplava formas específicas de sociabilidade entre os pares, de consumo, lazer e ocupação do tempo livre, essas características não poderiam dar conta de explicar a condição juvenil no Brasil.

Sem negar os importantes espaços de gestão da vida entre os jovens, propiciados pela escola, seria importante reter que, ao apresentar um processo mais tardio de extensão da escolaridade, o mundo escolar recebeu, nos últimos anos, inúmeros estudantes que já haviam experimentado a vivência juvenil em espaços de lazer e de consumo fora do ambiente escolar. Dito de outra forma, no Brasil, escola “não fez juventude” (DAYRELL, 2007).

Mas outras questões sempre estiveram presentes na relação dos jovens com a escola, caracterizada como intermitente por Felícia Madeira (1986), ainda nos anos 1980. Os processos de exclusão precoce do sistema de ensino, sobretudo para os segmentos populares, não significaram, nos últimos 50 anos, uma situação irreversível para parte daqueles que tiveram acesso à escola. Idas e vindas, postergação da escolaridade para outros momentos do percurso de vida, incluindo a idade adulta, sempre estiveram presentes na sociedade brasileira, sendo difícil considerar, sob o ponto de vista processual, marcadores definitivos do término da escolaridade.

Agregada a essa situação, uma outra dinâmica importante, reveladora de nossas singularidades, está presente na relação dos jovens com o mundo do trabalho, de tal modo que foi possível afirmar que, no Brasil, “o trabalho faz juventude” (SPOSITO, 2005), diante da irrecusável presença precoce dessa categoria na experiência de crianças e jovens dos setores populares da sociedade.

Estudiosos concordam que, nos últimos 15 anos, alterações importantes foram observadas no que se refere à ampliação do acesso à escola, sobretudo no ensino superior, potencializada pelas ações afirmativas tanto no ensino público, quanto no privado, diante de algumas políticas como o PROUNI e o FIES (ALMEIDA, 2014). Por outro lado, reconhece-se o rejuvenescimento da população (SPOSITO; SOUZA, 2014) que frequenta o ensino médio e seu gradativo afastamento do mundo do trabalho, propiciado pelo aumento do emprego e da renda familiar (MENEZES FILHO, 2015). Outras mudanças poderão ser observadas tanto na nupcialidade como na constituição de prole nos segmentos jovens, mas recobrando também os estilos de vida, hábitos de lazer e de consumo.

É preciso admitir, no entanto, que o breve interregno de crescimento foi sucedido por uma crise econômica e política sem precedentes no Brasil, sobretudo a partir de 2013 (FLEURY, 2013). Se a profundidade da reversão de algumas conquistas adquiridas ainda não está clara, é preciso considerar que os segmentos jovens serão parte importante a sofrer os efeitos dessas conjunturas adversas. Diante da inconsistência posicional que afeta grande parte da sociedade (ARAUJO; MARTUCCELLI, 2011), ampliada nos momentos de crise econômico-política e traduzida no temor da perda de posições recentemente conquistadas, não é razoável supor que as mudanças observadas significarão, necessariamente, retorno aos patamares anteriores. Alterações no acesso ao sistema de ensino não serão revertidas totalmente, apesar das profundas desigualdades a serem observadas no mundo do trabalho e das ocupações. A produção de novas expectativas de consumo, as mudanças nas relações de gênero, a busca pelo reconhecimento das identidades étnico-raciais e das orientações afetivo-sexuais, o incremento de formas mais igualitárias nas interações sociais no espaço público, de modo a estabelecer a aceitação das diferenças, não serão eliminados facilmente e poderão ser traduzidos em novas demandas e conflitos sociais.

Diante desse quadro complexo, buscando alguns caminhos para os estudos sobre jovens no Brasil, optamos por estabelecer algumas marcações etárias de modo a perscrutar as singularidades que afetam os momentos do percurso de vida, resgatando sua dimensão processual. Os dados coletados situam-se, sobretudo, nas dimensões da escolaridade, do trabalho, da nupcialidade e dos filhos, sendo explorados em três momentos: questões relativas aos adolescentes (de 15 a 17 anos); grandes eixos que marcam o percurso de vida na faixa etária de 18-24 anos; e questões que se situam mais proximamente ao grupo de 25 a 29 anos, incluindo desafios da transição para a vida adulta.

As mudanças no interior da população jovem no Brasil, nos períodos investigados, são indicadores relevantes para a compreensão de alterações na estrutura demográfica do Brasil. Em 2004, na faixa etária entre 15 e 29 anos, situavam-se 49,6 milhões de brasileiros, ao passo que dez anos após há um decréscimo de pouco mais de 700 mil, perfazendo um total de 48,9 milhões de jovens.

Os jovens de 15 a 17 anos: a crescente centralidade da escola

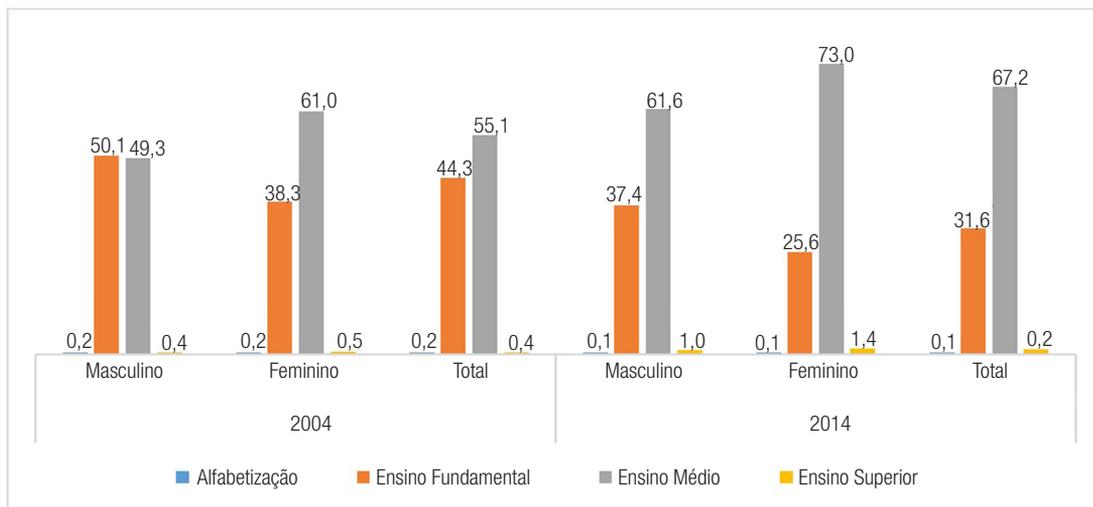
Não é ponto de discórdia entre pesquisadores da educação que, a partir da segunda metade do século XX, uma das características mais notáveis do sistema educacional brasileiro consistiu-se em sua rápida expansão. Em todo o Brasil, o período registrou a ampliação de oportunidades de escolarização para o conjunto da população brasileira, notadamente para os segmentos mais novos da sociedade, que passou a ter acesso àquilo hoje identificado como etapas da educação básica. Acompanharam-se a universalização do acesso ao ensino fundamental, a massificação da oferta do ensino médio e um aumento expressivo do número de estudantes no país (HASENBALG, 2003; RIBEIRO; CENEVIVA; BRITO, 2015).

As estatísticas aqui consideradas acenam para uma continuidade desse movimento que, ao menos tendencialmente, tem levado os brasileiros de 15 a 17 anos a acessarem e permanecerem na escola. Em 2004, 81,8% dos indivíduos dessa faixa etária frequentavam uma instituição de ensino; dez anos depois, em 2014, esse índice subiu para 84,3%. Tendo em vista essa situação, é possível afirmar que a construção de conhecimentos acerca da condição juvenil e das vivências de moças e rapazes de 15 a 17 anos está cada vez mais relacionada àquilo que experimentam na escola e às tensões de se viver a condição de estudante, o que não significa subsumir suas experiências à dimensão estritamente escolar e estudantil.

O aumento percentual de estudantes entre os adolescentes se deu para o conjunto da população, mas o período registrou a incorporação mais substantiva de indivíduos cujos perfis têm figurado em algumas pesquisas como mais fortemente premidos por fenômenos que levam à exclusão escolar: jovens pobres, negros e do sexo masculino (DAYRELL; JESUS, 2013; UNICEF, 2014). Ao longo da década, foi entre os jovens pertencentes a famílias do primeiro quintil (20% mais pobres) que constatamos o crescimento mais expressivo da proporção de estudantes, com uma variação positiva de 10,6 pontos percentuais. Ainda que com menor intensidade, movimento similar ocorreu entre a população negra e jovens do sexo masculino, acenando avanços no enfrentamento de desigualdades educacionais.

Por outro lado, os dados das PNADs não deixam de revelar a existência de pouco mais 1,6 milhões de brasileiros de 15 a 17 anos (15,7%) que, em 2014, não frequentavam a escola, dentre os quais apenas 20,3% tinham concluído a educação básica. Além disso, no caso dos estudantes, nota-se a persistência de trajetórias escolares pouco lineares, possivelmente atravessadas por experiências de reprovação ou marcadas por uma relação intermitente com a escola. Mesmo que o período assinale uma melhoria nos indicadores de fluxo escolar, no final da década analisada, entre os estudantes dessa faixa etária, apenas 67,2% estavam no ensino médio, nível considerado ideal para essa população (Gráfico 1), posição fortemente marcada por assimetrias de renda, de raça/cor e de sexo.

Gráfico 1 – Percentual de estudantes de 15 a 17 anos segundo nível de ensino que frequentam, por sexo (Brasil, 2004 e 2014).



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) / IBGE.

As taxas de abandono e de fluxo escolar constituem indicadores relevantes para a apreensão das trajetórias educativas dos jovens. No entanto, à medida que mais moças e rapazes conseguem permanecer no sistema educacional, a compreensão de suas experiências e das desigualdades que as atravessam parece demandar análises cada vez mais filigranadas. É em torno dessa questão que Mariano Enguita (2011) atenta para o que considera ser uma realidade mais profunda e onipresente: o desengajamento generalizado, ainda que manifesto em níveis variados, dos adolescentes em relação à escola e ao saber escolar. Ao mesmo tempo, alerta para os efeitos das desigualdades, que asseguram modos diversos de enfrentamento, interação e eventual superação desse distanciamento em relação ao cotidiano e às práticas escolares. Tais considerações apontam maior centralidade para a relevância dos sentidos atribuídos pelos jovens à escola e ao saber escolar e, também, para as desiguais condições encontradas por eles para se situarem em um cada vez mais heterogêneo e estratificado sistema educacional.

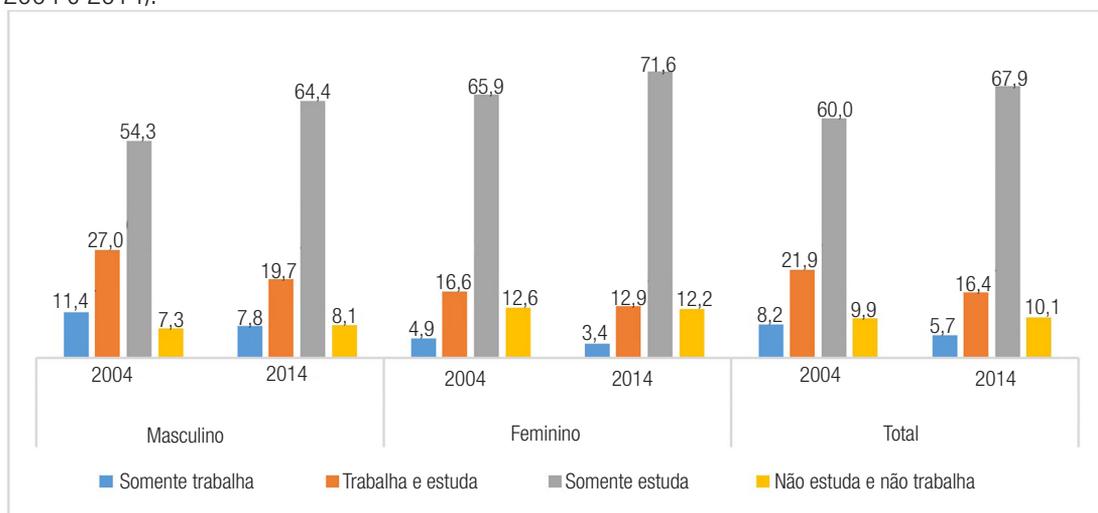
No que diz respeito às desigualdades, no interior da sociologia da juventude e da educação, a inserção laboral dos jovens das camadas populares figurou com relativa centralidade para a apreensão das vivências dos estudantes de escolas públicas. E, sobre esse aspecto, não há como negar que o trabalho segue sendo uma dimensão importante na vida de moças e rapazes de 15 a 17 anos. Em 2014, 16,4% dos jovens dessa faixa etária conciliavam estudo e trabalho, e outros 5,7% dedicavam-se apenas às atividades laborais. Em números absolutos, tratava-se de um contingente formado por pouco mais de 2,3 milhões trabalhadores, dentre os quais 50,4% não possuíam vínculos formais e 36,9% cumpriam jornadas iguais ou superiores a 40 horas semanais.

Considerando que é nesse grupo etário que encontramos parcela da população para quem o trabalho só poderia figurar a partir de vínculos bastante específicos e protegidos,

esses dois aspectos dão indícios de relações laborais marcadas pela precariedade, cujos contornos precisam ser mais bem apreendidos pela pesquisa sociológica.

Contudo, se o engajamento em atividades laborais ainda é dimensão relevante na vida de adolescentes, as estatísticas nacionais já há algum tempo acenam um progressivo afastamento dos jovens de 15 a 17 anos do mundo do trabalho. Esse movimento ainda é marcado por assimetrias, mas, comparada a seus coetâneos mais velhos ou às outras gerações, a atual coorte de adolescentes brasileiros tem, ao menos tendencialmente, a escola como principal vínculo institucional. Em 2004, 60% deles dedicavam-se exclusivamente aos estudos, situação que, em 2014, estendeu-se para 67,9% (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Percentual de jovens de 15 a 17 anos segundo atividade que realizavam, por sexo (Brasil, 2004 e 2014).



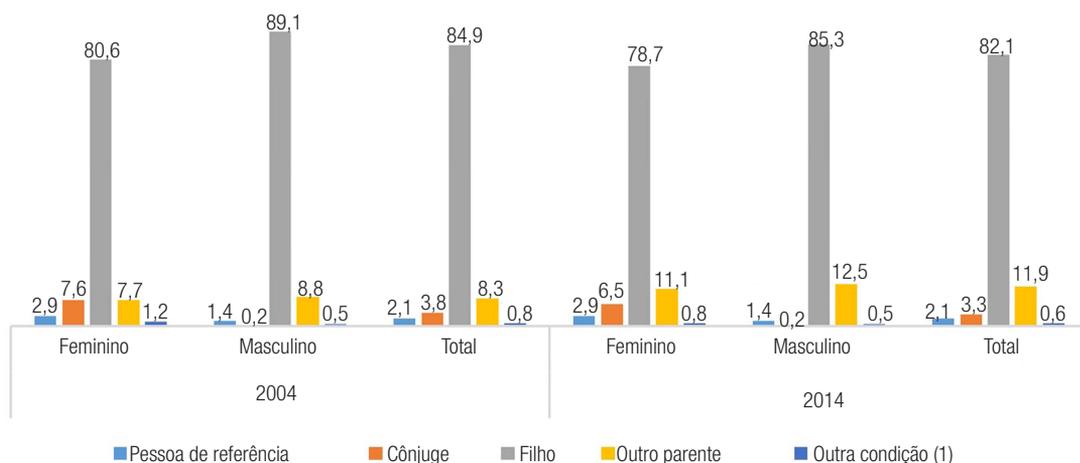
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) / IBGE.

De acordo com estudo divulgado pelo Instituto Inesper, as mudanças ocorridas no plano econômico nas duas primeiras décadas dos anos 2000 – retomada do crescimento, ampliação de postos de trabalho formal no país, política de valorização do salário mínimo, maior acesso da população a programas sociais, entre outras – teriam garantido condições favoráveis para que as famílias mais pobres pudessem postergar a entrada de seus membros mais novos, os adolescentes, no mundo do trabalho (CABANAS; KOMATSU; MENEZES FILHO, 2015). Essa correlação parece ser pertinente porque é sobretudo nesse grupo etário que os jovens ocupam a posição de *filhos* ou de *outro parente*³ em suas famílias, posições pouco variáveis na década ou no interior de diferentes estratos sociais (Gráfico 3). Perante uma relativa melhoria dos rendimentos dos pais ou responsáveis adultos, é possível

3- Essa posição deve ser compreendida como expressão da heterogeneidade dos arranjos familiares coexistentes no país e, ao mesmo tempo, do papel desempenhado pelas redes de parentesco nas estratégias familiares para o cuidado de seus novos membros.

supor que a dimensão de *ajuda* à economia doméstica, tão enfatizada nos estudos sobre as relações geracionais nas camadas populares, pôde deixar de orbitar como demanda dirigida aos mais novos.

Gráfico 3 – Percentual de jovens de 15 a 17 anos segundo condição na família e sexo (Brasil, 2004 e 2014).



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) / IBGE.

(1) Inclui: agregado, pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico.

Mas, se a dimensão econômica tem relevância nas relações geracionais estabelecidas no interior das famílias, ela não deve ser tomada como exclusiva da articulação entre espaço privado e público; tampouco, como argumenta Robert Cabanes (2006), as famílias podem ser pensadas fora de um conjunto de transformações simbólicas e culturais mais amplas que reconfiguram as interações estabelecidas em seu interior. É com essa perspectiva que o autor chama atenção para o espraiamento, ainda que com níveis diferenciados, de um novo regime de relações geracionais nas famílias das camadas populares, menos hierárquico e fortemente orientado por expectativas de escolaridade de seus membros jovens. Assim, seria oportuno compreender como, nesse contexto de maior horizontalidade das relações geracionais e de profundas transformações socioculturais e educativas, são negociadas dissonâncias entre as expectativas e demandas de adultos e jovens.

Por outro lado, a condição estudantil predominante entre esses adolescentes exige um olhar que situe a dimensão do uso do tempo não escolar como foco de novas investigações. Um conjunto de práticas e atividades fora da jornada escolar permanece desconhecido, seja ele relacionado a ocupações percebidas como complemento ao escopo formativo, muitas vezes apoiadas pelas famílias, seja relativo ao que moças e rapazes fazem longe e fora do controle do mundo adulto, algo que, na acepção da socióloga Anne Barrère, tem como reguladores a escolha e o gosto pessoal, podendo, por isso, constituir-se em uma arena importante de experimentação, de exercício de autonomia

e de aprendizagens. Navegar pela internet, trocar ideias com os amigos, ouvir músicas, dançar e cantar, praticar esportes e engajar-se em diferentes modalidades de jogos (de modo espontâneo ou planejado) são atividades que demandam um investimento pessoal, diferente segundo cada indivíduo, mas, na maioria das vezes, extremamente intenso e marcado por uma busca de realização/revelação de si (BARRÈRE, 2011). A mobilização dos adolescentes em torno dessas atividades indica, segundo a referida autora, que elas extrapolam aquilo que é mais comumente tratado como um campo dedicado ao lazer, à busca de diversão ou ao ócio improdutivo.

Nesse caso, diferenças significativas poderão ser localizadas, se considerarmos a experiência de rapazes e moças dos diversos estratos sociais. Ao lado dessas práticas, as obrigações decorrentes do trabalho doméstico ocupam, de modo diferencial, esses indivíduos, retratando possíveis e persistentes desigualdades nas relações de gênero, não obstante o engajamento crescente das jovens com as atividades escolares. Além disso, mesmo que tenhamos acompanhado, desde o início dos anos 2000, um progressivo declínio do percentual de mães nessa faixa etária (BRASIL, 2015a) – em 2004, 6,9% das adolescentes eram mães; em 2014, eram 6,2% –, a assunção de responsabilidades no interior do grupo familiar pode ter consequências não desprezíveis para a fruição do tempo livre por parte das adolescentes.

Alguns indícios dessa assimetria podem ser apreendidos pelos dados das PNADs. Eles acenam, por exemplo, para uma leve redução do tempo médio semanal dispendido pelas moças nas atividades domésticas ao longo da década – de 18 horas, em 2004, para 16, em 2014 –, ao passo que, entre os rapazes, esse índice ficou praticamente estabilizado em nove horas. Isso significa que as adolescentes continuam a dedicar quase o dobro de horas ao trabalho doméstico, se comparadas aos seus pares do sexo masculino, e que, diante da redução do tempo dedicado por elas, não houve como contrapartida um maior engajamento dos rapazes nesses afazeres.

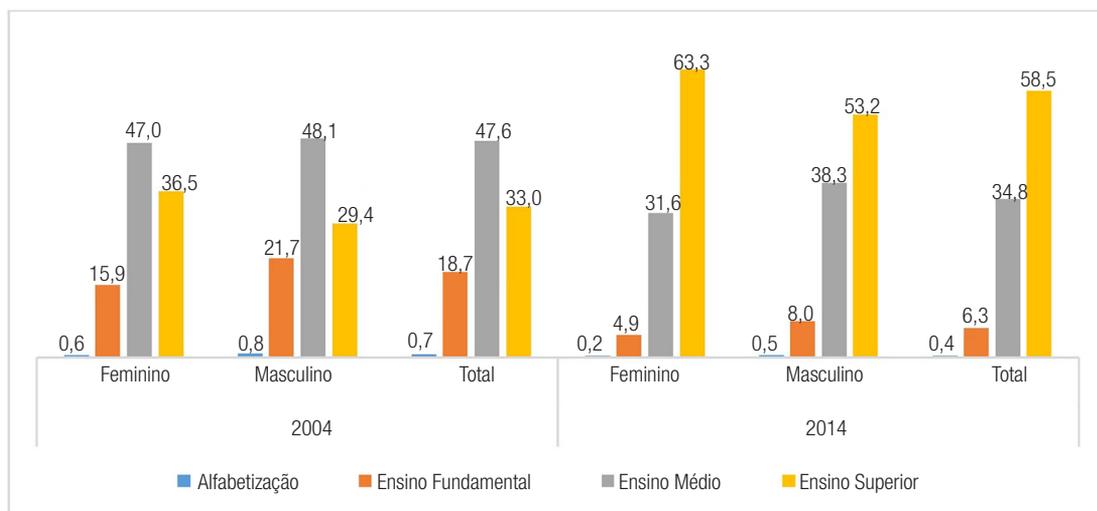
Jovens de 18 a 24 anos: heterogeneidade de experiências

A faixa etária dos 18 aos 24 anos é aquela em que a heterogeneidade de situações vividas pelos indivíduos nos âmbitos dos estudos, do trabalho e da vida familiar mais se acentua. Tal característica parece ser um indicativo de que, nesse momento, moças e rapazes experimentam alguns deslocamentos e transições, sem que isso indique o término da juventude. Além disso, é possível aventar aqui que essa heterogeneidade resulte de tensões e impasses desigualmente vividos pelos jovens em diferentes domínios da vida social, fazendo desse grupo etário um objeto particularmente interessante para a observação das linhas de força a partir das quais as trajetórias juvenis se diversificam.

Em certa medida, concordando com a perspectiva acenada por Adalberto Cardoso, pode-se dizer que a análise das experiências e dos desafios vivenciados pelos indivíduos dessa faixa etária é capaz de produzir conhecimento sobre como os jovens realizam trânsitos cruciais em suas trajetórias biográficas e, ao mesmo tempo, identificar de que modo as características sociais e históricas de nosso país declinam como possibilidades, potencialidades ou impasses em suas trajetórias individuais (CARDOSO, 2013).

Inicialmente, é preciso dizer que a condição estudantil perde sua relevância estatística para compreensão da situação de moças e rapazes de 18 a 24 anos. Em 2004, apenas 32,2% dos jovens dessa faixa etária estudavam; em 2014, eram 30%. Tal constatação não deve encobrir, entretanto, mudanças educacionais para essa população, cujos contornos podem ser apreendidos pela situação dos jovens que permaneciam no sistema educacional. Em 2004, a maioria dos estudantes dessa faixa etária (66,3%) frequentava o ensino fundamental ou médio; uma década depois, o ensino superior tornou-se o nível predominantemente frequentado pelos estudantes desse grupo (58,5%). Ou seja, não ocorreu um aumento do percentual de estudantes, mas o período registrou um deslocamento do nível de ensino frequentado por eles, com o crescimento do acesso ao ensino superior. Essa ampliação ocorreu tanto entre os rapazes quanto entre as moças, mas de forma mais acentuada entre elas (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Estudantes de 18 a 24 anos segundo nível de ensino que frequentavam, por sexo (Brasil, 2004 e 2014).



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) / IBGE.

A mudança no perfil dos estudantes desse grupo pode ser compreendida como consequência da própria massificação do ensino médio e de seus efeitos sobre as chances de moças e rapazes em concluir a educação básica. Por outro lado, ela também resulta da pluralidade de iniciativas que induziram, desde o início dos anos 2000, uma intensa expansão das matrículas no ensino superior.

Perante esse processo, é possível constatar uma maior incorporação da população negra ao ensino superior, bem como de jovens oriundos de famílias de menor renda (especialmente daquelas situadas nos quintis intermediários). Entretanto, as desigualdades raciais e de classe ainda eram bastante expressivas. Em 2014, entre os estudantes brancos, 71,4% estavam matriculados em cursos de graduação, realidade de apenas 45,8% dos estudantes pardos e 44,2% dos pretos. No mesmo ano, dentre os jovens estudantes

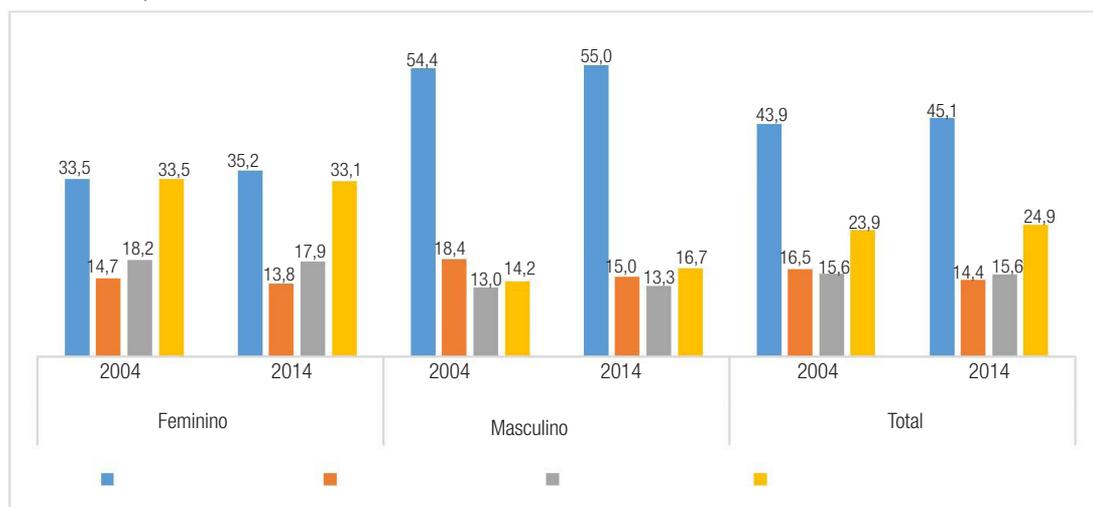
pertencentes às famílias do primeiro quintil de renda (20% mais pobres), 28,3% estavam no ensino superior, enquanto, dentre os do quinto quintil (20% mais ricos), 81,8% frequentavam esse nível de ensino.

É possível supor que o acesso a esse nível de ensino siga sendo um desafio para as trajetórias de uma geração de jovens que cada vez mais tem a expectativa de prosseguir com os estudos após a conclusão da educação básica (SPOSITO; SOUZA, 2014). Nesse sentido, apreender como se posicionam num campo universitário heterogêneo e segmentado constitui agenda importante de pesquisa, capaz de evidenciar tanto as possibilidades abertas para essa população quanto as novas facetas das desigualdades educacionais.

Mas é preciso não perder de vista que um percentual significativo de estudantes dessa faixa etária permanecia, em 2014, na educação básica, possivelmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), e que, entre aqueles que já não se encontram no sistema educacional – maioria dos jovens dessa faixa etária –, uma parcela significativa (43,2%; em números absolutos, 6,5 milhões) não tinha concluído a educação básica. Como vivem esses jovens? Quais os sentidos que atribuem ao tipo de escolaridade a que têm acesso? Diante de trajetórias educacionais marcadas por reprovações e episódios de abandono, como significam a escola em suas vidas? (DAYRELL et al., 2009).

De toda forma, ainda que a educação seja temática relevante para compreensão das experiências e trajetórias dos indivíduos dessa faixa etária, a partir dos 18 anos, é o mundo do trabalho que parece se constituir como domínio central de inserção e experimentação para uma parcela significativa desses indivíduos (Gráfico 5). Em 2004, 60,4% dos jovens entre 18 e 24 anos trabalhavam, conciliando ou não essa atividade com os estudos. Em 2014, apesar de leve redução percentual, a condição trabalhadora continuou representando a situação da maioria (59,5%).

Gráfico 5 – Percentual de jovens de 18 a 24 anos segundo atividade que realizavam, por sexo (Brasil, 2004 e 2014).



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) / IBGE.

Os dados confirmam, ainda, aquilo que Maria Carla Corrochano (2011) já havia apreendido, com base em diferentes pesquisas: se é verdade que os jovens de mais baixa renda tendem a se inserir de modo mais precoce no mercado de trabalho, os 18 anos parecem ser a idade em que grande parte desses segmentos, até mesmo os de melhor condição de vida, buscam uma ocupação; e, a partir desse momento, as desigualdades sociais se manifestam de maneira mais contundente nas chances dos indivíduos em encontrar trabalho e na qualidade do trabalho encontrado. Entre os jovens que trabalhavam em 2014, eram os mais pobres, os negros e as mulheres que estavam submetidos a trabalhos de menor remuneração e com vínculos informais. Independentemente do período considerado, era entre os jovens negros e do sexo feminino que se destacava com maior relevo percentual o grupo de jovens que não estudava e não trabalhava.

Comumente referidos como *nem, nem*, os jovens que não trabalham e não estudam têm conquistado grande visibilidade, sobretudo nos meios de comunicação, sendo considerados como grupos vulneráveis e de risco social. Eles são, sem dúvida, um forte indicativo das dificuldades de inserção laboral e educacional dos jovens. Mas é preciso atentar para o fato de que essa categoria reúne indivíduos que experimentam uma heterogeneidade de situações. Inscrevem-se nela, por exemplo, as jovens que, muitas vezes, dedicam-se ao trabalho doméstico e à educação de seus filhos ou ao cuidado com os idosos da família. Acresce-se que a fixação de uma condição particular pode ser insuficiente para apreender uma multiplicidade de combinações flexíveis no tempo e que expressam a própria impossibilidade estrutural que os indivíduos encontram para construir transições lineares ou experiências estáveis no campo da educação e do trabalho. Não sendo um estudo do tipo longitudinal, as PNADs não contam com dados que nos permitam prever a duração e a extensão dessa condição na biografia de um mesmo indivíduo.

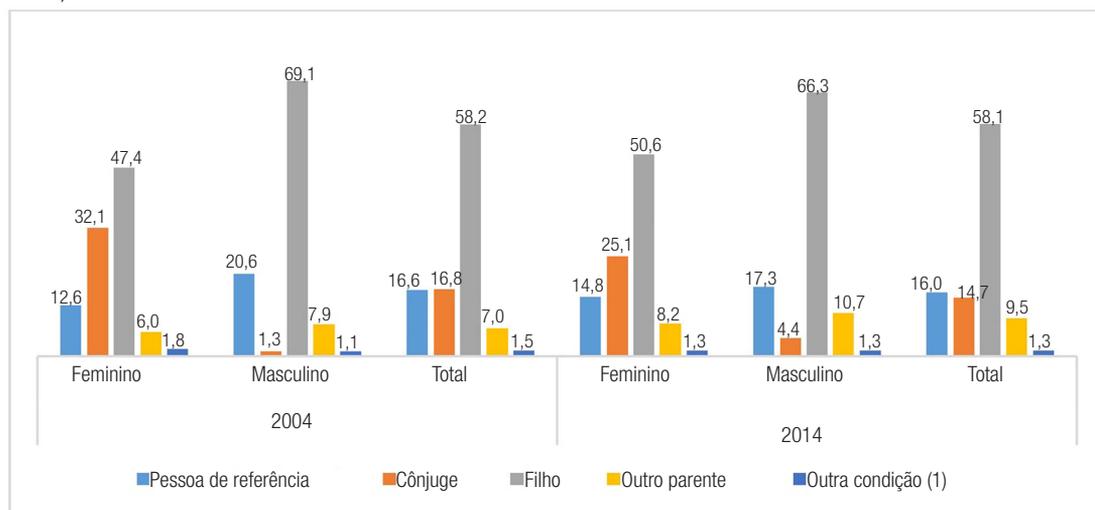
As pesquisas centradas nas experiências laborais de jovens têm evidenciado como os sentidos atribuídos pelos indivíduos ao trabalho, a partir dessa faixa etária, podem ser compreendidos à luz de expectativas que transcendem o enfrentamento à precariedade econômica (TARTUCE, 2007). Sobre esse último aspecto, é possível supor que, nesse momento, a busca por maior independência econômica ocorra num contexto marcado por mudanças nas relações familiares que progressivamente instalam um quadro de *convivência entre adultos*. Os jovens continuam vivendo sob o mesmo teto da família de origem, mas experimentam uma condição atravessada por novas responsabilidades, obrigações e compromissos.

Por outro lado, não se deve desprezar que, no âmbito da família, a situação vivida pelos jovens de 18 a 24 anos expressa uma relativa heterogeneidade. Seja em 2004 ou em 2014, ainda eram predominantes os indivíduos que ocupavam a posição de filhos, mas, nesse grupo etário, tal lugar já não desfruta da mesma hegemonia como aquela verificada na coorte de 15 a 17 anos. Em 2014, os filhos representavam 58,5% dos jovens dessa faixa etária, enquanto 16% ocupavam a posição de pessoa de referência e 14,7% de cônjuges em suas famílias. Assim, ao menos para uma parcela dessa população, esse momento da juventude já era marcado por experiências como a conjugalidade e/ou a saída da casa de origem.

A mudança de posição no interior da família segue sendo atravessada por nuances de gênero, a despeito de um leve movimento de convergência no calendário de moças e

rapazes ao longo do período analisado. Em primeiro lugar, porque, percentualmente, eram as jovens mulheres que, mais do que os rapazes dessa faixa etária, deslocavam-se da posição de filhas para a de responsáveis por domicílio ou cônjuges. E eram elas que, realizando esse deslocamento, ocupavam majoritariamente a condição de cônjuges (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Percentual de jovens de 18 a 24 anos segundo condição na família e sexo (Brasil, 2004 e 2014).



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) / IBGE.

(1) Inclui: agregado, pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico.

As variações mais significativas se expressam, contudo, quando considerada a variável renda familiar. Em 2014, quanto menor o rendimento das famílias, maior era o percentual de jovens que se encontravam na posição de pessoa de referência ou de cônjuge. Essa informação, contudo, deve ser observada com cautela, pois a partir dela não é possível estabelecer uma relação direta entre renda, conjugalidade e saída da casa dos pais. Talvez esse dado permita a hipótese em torno da situação de maior pobreza de famílias chefiadas por jovens, ou seja, de grupos nos quais são os indivíduos com idade entre 18 e 24 anos que ocupam as posições de pessoa de referência ou de cônjuge e que, estando nessa condição, são os principais encarregados pela manutenção do orçamento doméstico.

A parentalidade, apreendida aqui exclusivamente pelas informações sobre a maternidade das jovens, é igualmente indicativa de experiências vivenciadas no âmbito das relações familiares nesse período da juventude. Em 2004, 36,8% das jovens dessa faixa etária eram mães; em 2014, esse índice caiu, dizendo respeito à realidade de 31,1% das jovens mulheres. Entre as jovens negras, o percentual de mães é relativamente mais elevado do que o encontrado entre as brancas, independentemente do período analisado; além disso, o decréscimo também foi menos acentuado entre elas. Essa diferença é ainda mais pronunciada se considerada a renda familiar das jovens, pois, nessa faixa etária, é entre as jovens mais pobres que se concentra o maior percentual de mulheres que são mães.

Esse conjunto de dados acena para a importância de uma compreensão mais profunda dos motivos para a maternidade precoce ou o seu adiamento, não se embasando apenas na chave das condições econômicas, do grau de escolaridade ou da experiência indesejada, como em geral ocorre na análise da gravidez na adolescência. (BRASIL, 2015b). Um silêncio intrigante diz respeito à ausência de informações sobre a paternidade, uma vez que não há perguntas dirigidas aos jovens e que, de algum modo, reitera-se o pressuposto, como afirma o poeta Caetano, de que os filhos são “dores e delícias” apenas das mulheres. A pesquisa Agenda Brasil (NOVAES, 2016) indica que “a declaração de paternidade entre os jovens situa-se em torno de 20% do universo entre 18 e 24 anos”.

Esses temas, entre outras lacunas, ainda não suscitaram o interesse de pesquisas sob o ponto de vista qualitativo, no interior dos estudos de gênero. Novos estudos podem contribuir para a compreensão sobre como, nesse momento, jovens vivenciam objetiva e subjetivamente a maternidade e a paternidade. A temática parece ser importante sobretudo em uma sociedade que, cada vez mais, tende a exigir, especialmente das jovens, a possibilidade de articulação dessa experiência com a inserção produtiva, o engajamento em afazeres domésticos e a continuidade dos estudos, sem lhes oferecer suportes institucionais suficientemente capazes de garantir tal conciliação. Essa experiência também afeta os rapazes diante das expectativas do tradicional papel de provedor que ainda marca suas trajetórias.⁴

Além disso, embora se verifique uma redução da jornada semanal média de trabalho entre os trabalhadores dessa faixa etária, eles empregavam um tempo significativo de suas vidas na atividade laboral. A maioria dedicava entre 40 e 44 horas (51,7%) semanais ao trabalho, mas um percentual não desprezível (22,8%) estava engajado em atividades que extrapolavam essa jornada. Uma minoria vinculava-se a ocupações de tempo parcial: 11,2% tinham trabalhos de até 20 horas semanais e 14,3% de até 39 horas. É evidente que as longas jornadas de trabalho não dizem respeito apenas às jovens trabalhadoras. Aliás, eram justamente os rapazes que dedicavam mais horas às atividades laborais. Mas pode-se estimar que essa característica decline de modo distinto na vida dos indivíduos, segundo seus engajamentos em outros domínios.

Os dados parecem acenar, ainda, um movimento no qual, tendencialmente, as jovens mulheres cumprem jornadas de trabalho cada vez mais similares às dos rapazes, com permanência das desigualdades na remuneração. É possível supor que as jornadas intensas de trabalho tenham consequências nas experiências familiares e afetivas presentes nessa etapa do percurso de vida e, ao mesmo tempo, ofereçam um conjunto de constrangimentos para aqueles ou aquelas jovens que ainda buscam a continuidade ou a retomada de seus estudos.

4- Também nesse grupo etário, entre 2004 e 2014, houve redução do tempo médio dedicado pelas jovens aos afazeres domésticos, mas uma estagnação desse indicador entre os rapazes: em 2014, elas dedicavam, em média, 20 horas semanais a essas atividades; os rapazes, 9,4 horas.

Os jovens de 25 a 29 anos: perfil dos jovens-adultos brasileiros

A conclusão dos estudos, o início da vida profissional, a constituição de moradia independente, com ou sem cônjuge, e a experiência da parentalidade têm sido, tradicionalmente, mobilizados para marcar o trânsito realizado pelos indivíduos em direção à vida adulta. A esse respeito, desde o final da década de 1990 e sobretudo a partir da experiência europeia, os estudos reconhecem o caráter processual dessas mudanças, bem como os tênues limites entre início e fim de momentos do percurso de vida que se embaralham e, muitas vezes, não são assinalados por rituais claros de passagem (GALLAND, 1997; PAIS, 2001; VAN DE VELD, 2008). São percursos marcados por idas e vindas, bem caracterizados como trajetórias *yô-yô* por José Machado Pais (2001), o que certamente propõe desafios importantes para o estudo dos jovens brasileiros.

No Brasil, a transição para a vida adulta ainda é pouco investigada no interior dos estudos sobre juventude. As poucas pesquisas existentes, realizadas no âmbito da demografia e da economia, baseiam-se em estatísticas nacionais, dão destaque para a passagem da escola para o trabalho e expressam pouca capacidade para verificar as mudanças e fenômenos sociais relacionados aos processos de transição (PIMENTA, 2007; CAMARANO et al., 2006).

No caso brasileiro, os critérios demográficos, hoje situados na população de 15 a 29 anos, são premissas importantes para a caracterização da população jovem, mas insuficientes para o desenvolvimento das investigações, sobretudo para os segmentos situados na faixa etária com mais de 25 anos. As políticas nacionais estenderam os limites demográficos, considerando ainda jovens os que estão nesse terceiro grupo, uma vez que até recentemente os marcadores aceitos compreendiam aqueles com até 24 anos. No entanto, como acenam os resultados da pesquisa Agenda Juventude Brasil, para a maioria dos integrantes desse grupo etário a percepção de que já são adultos é dominante (ABRAMO, 2016).⁵

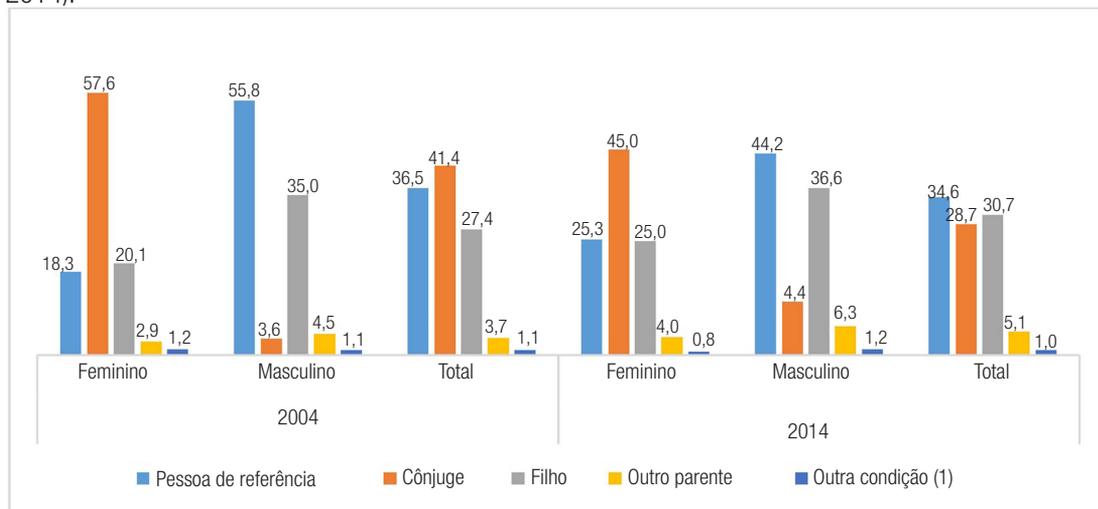
Uma estratégia para o desenvolvimento de estudos qualitativos sobre as especificidades desse grupo reside na análise da condição ocupada por jovens no interior dos arranjos familiares, sinalizadora do entrecruzamento de alguns limiares no trânsito para a idade adulta. Em 2014, 63,2% dos jovens de 25 a 29 anos já não ocupavam a posição de filhos, sendo que 34,6% eram pessoas de referência e 28,7% eram cônjuges em suas famílias.

No que diz respeito à posição de homens e mulheres, os dados indicam que houve uma diminuição nos últimos dez anos de 12,6 pontos percentuais no número de mulheres que assumiam a posição de cônjuges: 57,5% estavam nessa condição em 2004 e, em 2014, eram 45%. Os rapazes fizeram um outro movimento, pois de 3,6% de jovens que declararam a condição de cônjuges em 2004, em 2014 eles eram 11,1% (Gráfico 7). No intervalo de dez anos, aumentou o número de mulheres jovens que se tornaram as pessoas

5- No grupo de 15 a 17 anos, a percepção de que são adolescentes foi a que prevaleceu. Entre jovens de 18 a 24 anos, poucos se identificavam como adolescentes, mas parcelas iguais se percebiam como jovens ou adultos.

de referência no interior do grupo familiar (de 18,3% para 25,3%) e diminuiu a proporção de rapazes nessa condição (de 55,8% para 44,2%).

Gráfico 7 – Percentual de jovens de 25 a 29 anos segundo condição na família, por sexo (Brasil, 2004 e 2014).



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) / IBGE.

(1) Inclui: agregado, pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico.

Além de essas mudanças estarem relacionadas com a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, elas também resultam, como atestam algumas pesquisas, de novas configurações sociais que passam a emoldurar as uniões estabelecidas pelos indivíduos, em que a participação financeira da mulher no orçamento doméstico torna-se absolutamente necessária e em que hierarquias fundamentadas em relações assimétricas de gênero abrem espaço para a emergência de uniões conjugais marcadas por maior horizontalidade (LIMA, 2006). Pode-se aqui aventar que elas decorram igualmente de inovações e transformações nos arranjos familiares dessa geração de jovens, por exemplo, a conformação de famílias monoparentais, de uniões homoafetivas e de mães de *produção independente*.

Um conjunto fecundo de questões demanda novas respostas: como são gestadas as decisões de sair da casa dos pais, de morar sozinho ou com companheiro(a)? Quais são os desafios presentes na experiência de construir uma nova unidade doméstica ou familiar? Que suportes são esperados e mobilizados pelos indivíduos com intuito de realizar esse trânsito da casa/família de origem para a sua própria casa/família? Os indivíduos podem estar submetidos a constrangimentos semelhantes, mas como agem diante destes à medida que não contam com os mesmos recursos para sair da casa dos pais e/ou constituir uma nova unidade familiar?

Chama também a atenção as variações no percentual de jovens que permaneciam na condição de filhos, quando consideradas algumas variáveis. Em 2004, 35% dos

homens permaneciam nessa condição, percentual que subiu para 36,6% em 2014. Já as mulheres na posição de filhas eram 20,1% em 2004 e passaram para 25% em 2014. Houve aumento nesse percentual em todos os grupos econômicos, mas eram os jovens do quinto quintil de renda familiar (20% mais ricos) que mais se encontravam nessa condição em 2014 (53,5%). Do mesmo modo, as desigualdades incidem sobre o quesito raça/cor: em 2014, 31,4% dos jovens brancos estavam na condição de filhos, enquanto esse percentual era de 28,4% entre pardos e 25,6% entre pretos.

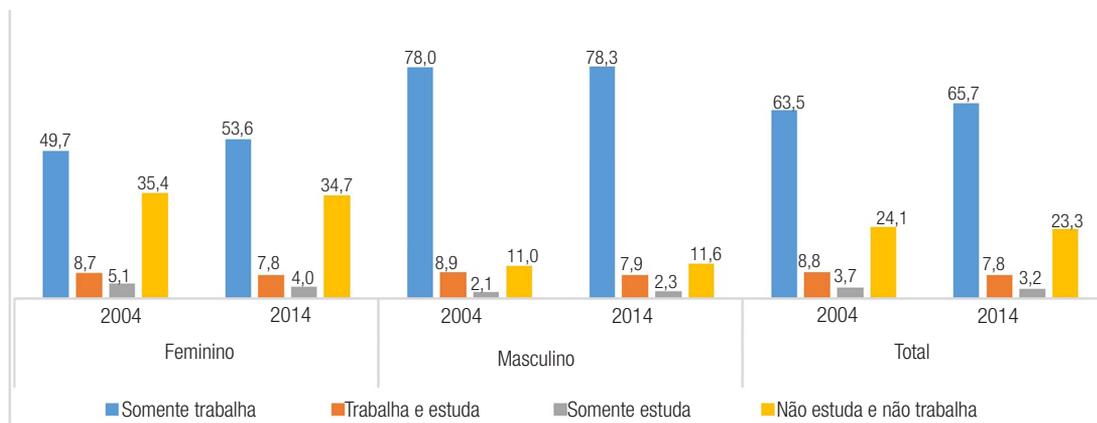
Os dados acima acenam para a necessidade de realização de pesquisas qualitativas que auxiliem na compreensão dos motivos que levam esse grupo de jovens a permanecer com os pais na condição de filhos. Trata-se de postergação do início da vida conjugal ou de reversão de trajetória? Os dados impossibilitam verificar se são os jovens dependentes de suas famílias, se suas famílias dependem da contribuição mensal na renda do domicílio ou, até mesmo, se são dependentes de um suporte emocional e afetivo (CAMARANO et al., 2006; PIMENTA, 2007).

No grupo de 25 a 29 anos se encontra o maior número de jovens mães, mas essa condição registrou uma queda ao longo da década: em 2004, 67,5% das jovens eram mães; em 2014, esse percentual era de 59,3%. Como foi observado no grupo etário anterior, os estudos sobre fecundidade no Brasil têm associado a postergação da maternidade à ampliação do tempo dedicado pelas mulheres à escolaridade, aos compromissos assumidos por elas no mundo do trabalho, bem como às mudanças nas relações de gênero e afetivo-sexuais. Embora a queda do percentual de mães tenha se dado para o conjunto delas, as moças pertencentes às famílias de mais baixa renda seguiam sendo, percentualmente, mais representativas no interior do grupo de mães: em 2014, 52,1% das jovens mães de 25 a 29 anos pertenciam a famílias do primeiro (29,5%) e do segundo (22,6%) quintis de renda.

Cabe destacar que esse conjunto de informações é insuficiente para compor um quadro mais abrangente desses indivíduos e das condições vividas por eles no interior de suas famílias. Tanto a maternidade ou a paternidade quanto a conjugalidade não significam, necessariamente, a saída do domicílio da família de origem, e talvez aqui resida uma importante singularidade brasileira, sobretudo nos modos de vida dos segmentos populares.

Como já sinalizamos, o trabalho se apresenta como uma experiência presente na vida de moças e rapazes brasileiros, muitas vezes de modo precoce. Todavia, entre os jovens com idade entre 25 e 29 anos, essa dimensão da vida assume contornos bastante incisivos: em 2004, 72,2% dos indivíduos dessa faixa etária trabalhavam, dentre os quais apenas 8,8% conciliavam atividade laboral e estudos; em 2014, esses percentuais eram de 73,5% e 7,8%, respectivamente (Gráfico 8). Também chama atenção, nesse grupo etário, o alto percentual de jovens que nem estudavam e nem trabalhavam, e de indicadores que mostram ser essa a situação mais comumente vivida pelas mulheres. Em 2014, 33,1% das jovens não estudavam e não exerciam atividades no mercado de trabalho, ao passo que, entre os rapazes, 11,6% estavam nessa situação, o que resulta em uma diferença de 23,1 pontos percentuais.

Gráfico 8 – Percentual de jovens de 25 a 29 anos segundo atividades realizadas, por sexo (Brasil, 2004 e 2014).



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) / IBGE.

Ao longo da década, houve um aumento no percentual dos trabalhadores que tinham vínculos formais de trabalho, passando de 48,3% para 60,1%. As relações laborais de maior formalidade se ampliaram para o conjunto da população dessa faixa etária, mas certos segmentos juvenis seguíam sendo, em 2014, mais afetados pelo trabalho informal. Entre os jovens brancos, por exemplo, 15,5% dos trabalhadores tinham vínculos informais, percentual que, entre os jovens pretos, era de 21,8% e de 22,9% entre os pardos. Do mesmo modo, eram jovens oriundos de famílias de baixa renda que tinham vínculos menos formalizados de trabalho.

Independentemente do período em relevo, a maior parte dos jovens de 25 a 29 anos já não estudava mais, tanto em 2004 (85%) como em 2014 (89%). Esses percentuais variam de modo pouco substantivo, considerando-se o sexo dos indivíduos, e tendem a ganhar uma relativa diferenciação quando considerados marcadores como renda familiar e raça/cor. Entre os jovens do primeiro quintil de renda (20% pobres), 94,3% não estudavam, enquanto, entre os do quinto quintil (20% mais ricos), esse índice era de 82,2% – uma diferença de 12,1 pontos percentuais. De forma similar, entre os jovens brancos, em 2014, 87,1% não estudavam, percentual que dizia respeito à realidade de 90% dos pretos e de 90,7% dos pardos.

Seria um equívoco considerar, entretanto, que os contornos mais expressivos das desigualdades educacionais entre os indivíduos dessa faixa etária dizem respeito à permanência no sistema educacional, pois as variações mais significativas se encontram no nível de ensino alcançado por eles, principalmente nas chances de terem concluído a educação básica e prosseguido com os estudos. Primeiramente, é preciso dizer que, em 2014, entre os jovens que já não mais estudavam, era predominante a presença daqueles que tinham concluído o ensino médio, situação de 45,2%. Esse grupo era seguido de perto pelos jovens que tinham abandonado a escola antes mesmo de terminar a educação básica, caso de 37,8% deles. Jovens com o ensino superior completo, inclusive com mestrado e doutorado (incompleto ou completo), representavam apenas 17% dos indivíduos dessa coorte.

Seguindo o mesmo padrão, as desigualdades de renda e raça/cor também estão presentes. Entre os jovens do primeiro quintil de renda (20% mais pobres), 64,2% não

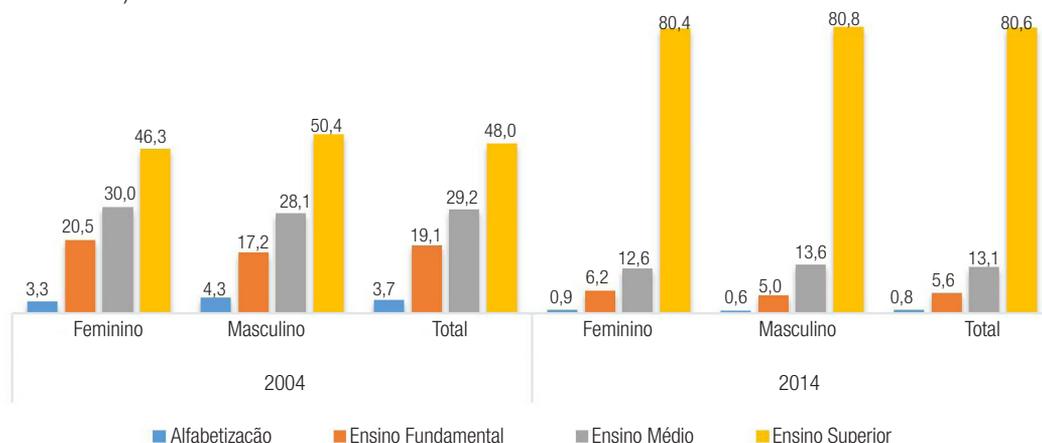
tinham concluído a educação básica, o que ocorria com somente 11,3% dos jovens pertencentes do quinto quintil de renda (20% mais ricos). Em 2014, entre os jovens brancos que já não mais gozavam da condição de estudantes, 28,2% tinham abandonado a escola antes da conclusão da educação básica, índice que dizia respeito à realidade de 42% dos jovens pretos e de 45,7% dos pardos. Por sua vez, 26,6% dos jovens brancos tinham concluído o ensino superior, mas apenas 8,9% dos pretos e 9,7% dos pardos tinham alcançado o mesmo nível de ensino. As jovens mulheres apresentaram indicadores de escolaridade mais favoráveis, com taxas mais altas de conclusão da educação básica e, principalmente, do ensino superior.

Essas diferenças trazem implicações para o presente vivido por moças e rapazes. O fato de terem interrompido (em definitivo ou provisoriamente) os estudos não significa o término dos desafios mobilizados em torno da escolarização, notadamente em uma sociedade historicamente conhecida como *terra de bacharéis* e onde, cada vez mais, os indivíduos se veem premidos por demandas de escolarização no mundo do trabalho.

Além disso, embora as melhorias educacionais revertam em aumento dos rendimentos para os trabalhadores (OECD, 2016), é necessário que a relação entre escolaridade, inserção laboral e melhora socioeconômica seja realizada com cautela, uma vez que os estudos revelam desigualdades salariais entre os sexos e a estratificação de carreiras e cursos no ensino superior (BRASIL, 2016; RIBEIRO; SCHLEGEL, 2015).

Por fim, ainda que os percentuais de jovens estudantes dessa faixa etária fosse, em 2014, relativamente pequeno, é importante considerar que a maioria deles (80%) frequentava um curso de nível superior, realidade relativamente distinta daquela encontrada dez anos antes, em 2004, quando um maior percentual de estudantes dessa faixa etária estava na educação básica (Gráfico 9). Ou seja, observa-se que indivíduos de idade mais avançada, inclusive os de menor renda, passaram a acessar esse nível de ensino, possivelmente frequentando cursos no período noturno e em instituições privadas.

Gráfico 9 – Estudantes de 25 a 29 anos segundo nível de ensino que frequentavam, por sexo (Brasil, 2004 e 2014).



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) / IBGE.

Considerações finais

Seja no debate sobre as diferentes etapas da vida ou sobre os processos de transição para a vida adulta, tem-se enfatizado como uma das principais características da contemporaneidade um processo de *descronologização* e *desinstitucionalização* da sociedade, no qual as idades deixariam de se constituir como marcadores a assinalar diferenças e posições ocupadas pelos indivíduos na estrutura social. Mas, como afirma Guita Grin Debert (1999), seria um equívoco supor que as idades deixaram de constituir uma dimensão fundamental na organização social. Diz ela: “a incorporação de mudanças dificilmente se faria sem uma nova cronologização da vida” (DEBERT, 1999, p. 75). O exercício realizado neste artigo parece corroborar para o argumento dessa antropóloga, sem negligenciar a heterogeneidade e a desigualdade que recobre a experiência dos indivíduos situados nas diferentes coortes juvenis.

Cada momento do percurso de vida revela um conjunto de constrangimentos, desafios e possibilidades nos domínios aqui apresentados que não são passíveis de conhecimento sem uma investigação de natureza qualitativa sobre os indivíduos jovens e seus percursos. O reconhecimento de certa centralidade nessas dimensões não encerra a pertinência de uma pluralidade de domínios e de vivências que podem se converter em fecundas e importantes temáticas de pesquisa. No quadro atual, outubro de 2016, os evidentes sinais da crise econômica estão presentes, indicando que a retração dos postos de trabalho tem afetado particularmente os jovens (PERRIN, 2016). As dificuldades para a continuidade dos estudos podem também adquirir proporções mais significativas em cenários recessivos, tendo em vista, no caso do ensino superior, por exemplo, a forte predominância das instituições privadas e a inflexão do governo no que diz respeito aos programas de expansão de vagas públicas e de inclusão nesse nível de ensino. A redução do número de novas matrículas no ensino superior, notadamente na rede privada de ensino, já visível no Censo Escolar de 2015 (INEP, 2016), parece ser sinal contundente de um novo momento.

Sem desconsiderar os aspectos conjunturais que marcam as dimensões da crise econômico-política, é preciso alargar o universo de preocupações de pesquisa de modo a recobrir as análises, tendo em conta o conjunto de dimensões que afetam os modos de vida dos jovens e que se entrecruzam nos desafios que são propostos a esses segmentos. A busca de independência e de autonomia e a crescente carga de responsabilidades declinam de modo diverso de acordo com o momento no percurso de vida. Para cada uma das etapas aqui analisadas, os desafios são propostos e respondidos de modo diferente, em que as posições estruturais indicam os constrangimentos, mas não explicam, por si mesmas, todas as trajetórias.

O exercício realizado não encerra, como pressuposto, a ideia de que as aproximações qualitativas seriam meros operadores a ilustrar as evidências constituídas pelos dados quantitativos. Trata-se de ousar enfrentar o desafio proposto há mais de 50 anos por Wright Mills (1965) e buscar a compreensão das relações entre a biografia e a história. Trata-se de investigar, a partir dos indivíduos – neste caso particular, os jovens –, os constrangimentos estruturais que declinam de modo diferencial em cada momento do

percurso de vida e diante dos quais os indivíduos não são apenas personagens que respondem às posições previamente estabelecidas (MARTUCCELLI, 2010).

Danilo Martuccelli, ao propor o estudo da individuação como uma aproximação fecunda no interior de sua sociologia histórica, aponta quatro indicações sugestivas para novas investigações:

Um, é preciso conservar um vínculo entre o indivíduo e as dimensões estruturais da sociedade – sob pena de reduzir a sociologia a uma galeria ilimitada de retratos individuais. Dois, é indispensável que no estudo da singularidade se sublinhe o caráter sociohistoricamente situado e encarnado de todo indivíduo. Três, é importante dar conta da existência de uma certa estabilidade própria aos indivíduos. Quatro, é fundamental conseguir dar conta, a partir de uma concepção renovada da agência, do trabalho de si sobre si mesmo efetuado por cada indivíduo. (MARTUCCELLI, 2013, s/p).

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Identidades juvenis: estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis. In: NOVAES, Regina et al. **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. p. 19-60.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. **Prouni e o ensino superior privado lucrativo em São Paulo: uma análise sociológica**. São Paulo: Musa, 2014.

ARAÚJO, Kathya; MARTUCCELLI, Danilo. La inconsistencia posicional: un nuevo concepto sobre la estratificación social. **Revista CEPAL**, Santiago de Chile, n. 103, p. 165-178, abr. 2011. Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org>>. Acesso em: 16 set. 2016.

BARRÈRE, Anne. **L'éducation buissonniere: quand les adolescents se forment par eux-mêmes**. Paris: Armand Colin, 2011.

BRANDÃO, Zaia. Os jogos de escalas na sociologia da educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 607-620, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/15.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

BRASIL. Coordenação de população e indicadores sociais. IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da educação: destaques do Education at a Glance 2016**. Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 16 set. 2016.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde. **Saúde Brasil 2014: uma análise da situação de saúde e causas externas**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015b. 464 p. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br>>. Acesso em: 16 set. 2016.

CABANAS, Pedro; KOMATSU, Bruno; MENEZES FILHO, Naercio. **O crescimento da renda dos adultos e as escolhas dos jovens entre estudo e trabalho**. São Paulo: Insper: Centro de Políticas Públicas, 2015. Disponível em: <<http://www.insper.edu.br>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

CABANES, Robert. Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações. In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (Org.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 389-432.

CAMARANO, Ana Amélia et al. O processo de constituição de família entre os jovens: novos e velhos arranjos. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p. 199-224.

CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 293-314, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v26n68/a06v26n68.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

CORROCHANO, Maria Carla. Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações públicas no Brasil. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virginia de (Org.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011. p. 45-72.

DAYRELL, Juarez. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, p. 1105-1128, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

DAYRELL, Juarez et al. Juventude e escola. In: SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. v. 1. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 57-126.

DAYRELL, Juarez; JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Relatório de pesquisa: a exclusão de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio no Brasil**. Belo Horizonte: Observatório da Juventude, 2013.

DEBERT, Guita Grin. Velhice e o curso da vida pós-moderno. **Revista USP**, São Paulo, n. 42, p. 70-83, ago. 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28456>>. Acesso em: 16 set. 2016.

ENGUITA, Mariano Fernández. Del desapego al desenganche y de este al fracaso escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 732-751, set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a05.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2014.

FANFANI, Emilio. **Culturas jovens e cultura escolar**. Brasília, DF: MEC, 2000. Documento apresentado no seminário “Escola Jovem: um novo olhar sobre o ensino médio”.

FLEURY, Sonia. Do welfare state ao warfare state. **Conjuntura Política Brasileira**, Rio de Janeiro, Dossiê n. 2, jun. 2013.

GALLAND, Olivier. L'entrée des jeunes dans la vie adulte. **Problèmes Politiques et Sociaux**, Paris, n. 794, dez. 1997.

HASENBALG, Carlos. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle (Org.). **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 147-172.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da educação superior 2015**. Brasília, DF: INEP, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 07 out. 2016.

LIMA, Márcia. A participação das mulheres na família e no mercado de trabalho: conquistas e desafios futuros. **diverCIDADE**: Revista Eletrônica do Centro de Estudos da Metrópole, São Paulo, n. 10-11, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/divercidade/numero10/7.html>>. Acesso em: 01 set. 2016.

MADEIRA, Felícia Reicher. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 58, p. 15-48, ago. 1986.

MARTUCCELLI, Danilo. **La société singulariste**. Paris: Armand Colin, 2010.

MARTUCCELLI, Danilo A individualização, estratégia central no estudo do indivíduo. In: CHARRY, Carlos Andrés; PEDEMONTE, Nicolás (Ed.). **La era de los individuos: actores, política y teoría en la sociedad actual**. Santiago de Chile: LOM, 2013. s/p.

MENEZES FILHO, Naercio. **Renda dos pais e trabalho dos jovens**. 2015. Disponível em: <[http://www.valor.com.br/colunistas/Naércio Menezes Filho](http://www.valor.com.br/colunistas/Naércio_Menezes_Filho)>. Acesso em: 16 fev. 2015.

MILLS, Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

NOVAES, Regina et al. **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: Unirio, 2016.

OECD. **Education at a Glance 2016**: OCDE indicators. Paris: OECD, 2016. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2016_eag-2016-en>. Acesso em: 1 set. 2016.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro**. Lisboa: Ambar, 2001.

PERRIN, Fernanda. Trabalhador jovem foi o mais afetado pelos cortes de vagas em 2015. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 set. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/09/1814193-trabalhador-jovem-foi-o-mais-afetado-pelos-cortes-de-vagas-em-2015.shtml>>. Acesso em: 25 set. 2016.

PIMENTA, Melissa de Mattos. **Ser jovem e ser adulto: identidades, representações e trajetórias**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, Carlos Costa; CENEVIVA, Ricardo; BRITO, Murillo Marschner Alves de. Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010. In: ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajétórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Edunesp, 2015. p. 79-108.

Marília Pontes SPOSITO; Raquel SOUZA; Fernanda Arantes e SILVA

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa, SCHLEGEL, Rogério. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010). In: ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Edunesp, 2015. p. 133-162.

SIROTA, Régine. **Éléments pour une sociologie de l'enfance**. Paris: PUF: 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-127.

SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). **Juventude e escolarização (1980/1998)**. Brasília, DF: MEC/INEP/Comped, 2002.

SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. V. 1. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raquel. Desafios da reflexão sociológica para análise do ensino médio no Brasil. In: KRAWCZYK, Nora (Org.). **Sociologia do ensino médio: crítica ao economicismo na política educacional**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 33-62.

STAKE, Robert. **Estudos de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Rio de Janeiro: PUC, 1982. Comunicação apresentada no seminário sobre Avaliação em Debate promovido pelo departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), ago. 1982.

TARTUCE, Gisela Lobo Baptista Pereira. **Tensões e intenções na transição escola-trabalho**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

UNICEF. **10 desafios do ensino médio no Brasil para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos**. Brasília, DF: Unicef, 2014.

VAN DE VELDE, Cécile. **Devenir adulte: sociologie comparée de la jeunesse en Europe**. Paris: PUF, 2008.

Recebido em: 07.10.2016

Aprovado em: 04.04.2017

Marília Pontes Sposito é professora titular sênior da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) e pesquisadora associada do Laboratoire Experice da Université Paris 13/Nord-UFR LSHS.

Raquel Souza é doutoranda do programa de pós-graduação em Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP).

Fernanda Arantes e Silva é doutoranda do programa de pós-graduação em Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP).